


Diferença de alíquotas do ICMS sobre a gasolina impulsiona fraude no RJ e MG

Situação reforça tese do governo de que é necessária a criação de percentual único para todo o país

O preço crescente da gasolina nos últimos meses ressuscitou prática fraudulenta que prejudica os cofres dos estados, em especial do Rio de Janeiro. Grandes empresas do segmento de distribuição de combustíveis simulam a venda do produto para postos no Estado de Minas onde a alíquota do ICMS é de 25%, mas, de fato, vendem a gasolina no Rio de Janeiro mesmo, onde a alíquota é de 31%.

Dessa forma, as empresas participantes da fraude obtêm vantagem indevida quando vendem o produto, supostamente comprado por estabelecimentos mineiros, para postos localizados em terras fluminenses a preços menores. Segundo fontes do mercado, há cerca de 100 postos no esquema e funcionários abraçaram a prática irregular para bater metas. Situações como essa reforçam a intenção do governo federal de criar alíquota única do ICMS para todo o país para banir o esquema.

A fraude não é nova. Ela havia sido esquadrihada nos anos 2000. A investigação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Polícia Federal, Ministério Público Federal resultou numa operação denominada “Mineirinha”. O esquema de sonegação de impostos foi detectado após o Ministério Público analisar notas fiscais que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 18-A, DE 2007

(Do Sr. João Magalhães)

Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizar ato de fiscalização e controle no que concerne às denúncias publicadas na revista VEJA, em sua edição de maio de 2007, referente às práticas de sonegação fiscal e adulteração de combustíveis praticadas pelas empresas ALE, ELLO, ESSO e IPIRANGA, entre outras; tendo parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, pelo encerramento e arquivamento, tendo em vista que os motivos que ensejaram a instalação da presente PFC foram dissipados (relator: DEP. EDIO LOPES).

DESPACHO:
À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Interna nas Comissões

indicavam a comercialização de grande volume de combustível para poucos postos mineiros, postos estes que não tinham condição de armazenar os volumes declarados ou até mesmo já estavam fechados.

Durante a investigação, foram analisadas mais de 8000 notas fiscais emitidas pelas distribuidoras Ale, Ello, Esso e Ipiranga, entre julho e setembro de 2006. Segundo dados levantados à época, a

sonegação provocou prejuízos ao erário público de cerca de R\$ 1 bilhão.

INVESTIGAÇÃO SEM PUNIÇÃO
O assunto chegou até a Câmara dos Deputados, que

instalou uma comissão para fiscalizar o assunto e as distribuidoras Ale, Ello, Esso e Ipiranga, alvos da operação Mineirinha. Uma das medidas da comissão foi convidar o ex-presidente da ANP Haroldo Lima para detalhar o esquema numa audiência pública. “Em Minas, alguns postos são tão decadentes que não tinham condições de comprar o combustível declarado nas notas fiscais”, afirmou Lima. Na ocasião, Lima sugeriu que o Congresso aprovasse com rapidez a reforma tributária, que unifica as alíquotas de ICMS dos estados, para impedir a sonegação em diversos setores.

Só que a sugestão de Lima não foi levada adiante e a fiscalização proposta pela Câmara fracassou. O deputado

federal Édio Lopes (PL-RR) apresentou requerimento para encerrar e arquivar os trabalhos da proposta de fiscalização porque, segundo ele, os motivos que “ensejaram a proposta foram dissipados”.

Passados 14 anos do episódio, o esquema irregular volta com força total e, salvo a criação da alíquota única do ICMS, tem chances de durar por longo tempo. Ainda segundo relatos de fontes do mercado, funcionários das empresas de petróleo – que se submetem a regras de compliance mais rígidas – utilizam atualmente essa prática para baterem metas de vendas.

Há anos, o sindicato que representa as distribuidoras tenta combater a fraude e apoia o projeto de unificação de alíquotas de ICMS.



Gasolina tem tido preços crescentes nos últimos meses

Polícia Federal adia concurso que oferecia 1,5 mil vagas

Provas que aconteceriam no dia 21 serão feitas em maio, informa a PF em comunicado. A nova data será divulgada no site do Cebraspe

O concurso que abriu 1,5 mil vagas para escrivão, agente, delegado e papiloscopista na Polícia Federal foi adiado por causa da pandemia de covid-19. Os exames estavam previstos para 21 de março. A informação foi divulgada ontem pela banca organizadora do certame, o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe).

O comunicado diz que a nova data provável para a realização das provas é de

23 de maio de 2021. A data será publicado no Diário Oficial da União e divulgada na internet, no site do Cebraspe.

“Torna público que na data provável, de 14 de maio de 2021, será publicado no Diário Oficial da União e divulgado na internet, no endereço eletrônico http://www.cebraspe.org.br/concursos/pf_21, edital que informará a disponibilização da consulta aos locais e aos horários de realização da



prova objetiva e da prova discursiva, que serão aplicadas na data provável de 23 de maio de 2021. As demais datas do concurso serão divulgadas oportunamente”.

VAGAS

Com salários que variam de R\$ 12.522,50 a R\$ 23.692,74, com exceção do posto de delegado, que exige graduação em direito, podem concorrer às vagas candidatos com nível superior em qualquer área.

Concurso premia até R\$ 10 mil

Instituições de ensino, professores e estudantes de todo o país têm até o dia 26 de março para se inscrever no 50º Concurso Internacional de Redação de Cartas, promovido pela União Postal Universal (UPU/ONU) e realizado no Brasil pelos Correios. O colégio e alunos vencedores podem ganhar prêmios de até R\$ 10,5 mil e R\$ 10 mil, respectivamente. Será escolhida uma de cada estado.

Para participar, escolas públicas e privadas devem selecionar, entre as redações de seus alunos, até duas cartas para representá-las na fase estadual. Mais informações em <https://www.correios.com.br/concursoscartas>.

VISITE AS LOJAS DE CAMPO GRANDE E SANTA CRUZ.

OFERTAS EXCLUSIVAS NO SEU BAIRRO

SUPERMERCADOS GUANABARA

CAMPO GRANDE I: Rua Aurélio Figueiredo, 205. CAMPO GRANDE II: Estrada Rio do A, 1415. SANTA CRUZ: Rua Felipe Cardoso, 1470